

CIDADANIA: COMPROMISSO POLÍTICO-EDUCATIVO

Francisco José da Silveira Lobo Neto¹



O processo permanente de aprender, portanto de ensinar, de conhecer, inviabiliza a imobilidade, e a presença humana na cidade, traduzida como prática social transformadora, provoca mais saber, mais ensinar, mais aprender. (Paulo Freire, Décima Segunda Carta a Cristina, p. 173)

Considerações iniciais

No âmbito da temática deste Congresso e no recorte que esta Mesa assume como seu objetivo, proponho-me a, mais uma vez, partilhar minha leitura de Paulo Freire, nada preocupado com o oferecê-la, totalmente ocupado que estou em provocar nossas reflexões sempre comprometidas com a “prática social transformadora”, único critério objetivo para indicar nossa “presença humana na cidade”.

Tentarei, portanto, re-visitando duas obras que minha subjetividade elege como fundamentais², trazer bases do pensamento freiriano capazes de sustentar nossa aproximação ao tema da cidadania, construção histórica e, portanto, sempre infensa a qualquer laivo de imobilidade.

Nem precisarei esforçar-me muito para encontrar, também, a relação que Paulo Freire cimenta entre a construção da cidadania e a prática social da educação libertadora - porque transformadora. Assim é que ele anuncia e proclama, para fazer e constituir, para além da *paidéia grega* que se fez *humanitas romana* e *pedagogica traditio*, uma educação democrática de sentido pleno.

E esta busca, que desejo partilhar aqui, encontra seu momento de pedagogia da esperança, porque o tormento de nossas cidades cindidas e vulneradas pela desumanização da exploração, da opressão e da violência, nada menos é do que um espaço concreto e objetivo, habitado por mulheres e homens capazes de se fazerem conscientes de sua força transformadora – porque dotados de poder criador de uma sempre nova história – de mais humanas relações em sociedade. Uma força

¹ Professor de História da Educação da FEUFF – Depto. De Fundamentos Pedagógicos. Anotações para participação na Mesa Redonda “Cidades aprendentes e Paulo Freire”, realizada no dia 21 de julho de 2005, no Congresso Internacional UFF-CREAD 2005.

² Refiro-me tanto à *Pedagogia do Oprimido*, marco de reflexão-ação que sistematiza sua concepção pedagógica, e *Cartas a Cristina*, onde, num gesto de doação, re-lê suas concepções cotejando-as com sua vida, no movimento do seu País e do mundo.

transformadora que constitui a cidade, movimenta-a, movendo-se nela, construindo-a e desconstruindo-a como lugar de seu humano convívio.

Buscando uma referência

Poderia encontrar referências ótimas no *Educação na Cidade*, este pouco lido livro de Paulo Freire, onde - com a profundidade reflexiva de sempre - registra o projeto coletivo de educação cidadã empreendido, sob sua liderança e inspiração, na cidade de São Paulo.

Mas prefiro mergulhar nas mais clássicas, consistentes e belas páginas da inesquecível *Pedagogia do Oprimido* para começar encontrando as raízes da cidadania em uma freiriana “ontologia do ser social”. Talvez porque me seja difícil compreender o projeto vivido exitosamente na cidade de São Paulo, ou instituir-me arauto da *Pedagogia da Esperança* – sempre uma esperança de pedagogia – sem beber nas fontes da *Pedagogia do Oprimido*.

Um primeiro trecho fundamental, no contexto da reflexão sobre invasão cultural, diz respeito à possibilidade de desenvolvimento: “para haver desenvolvimento é necessário: 1) que haja um movimento de busca, de criatividade, que tenha no ser mesmo que o faz, o seu ponto de decisão; 2) que esse movimento se dê não só no espaço, mas no tempo próprio do ser, do qual tenha consciência”... “Os oprimidos só começam a desenvolver-se quando, superando a contradição em que se acham se fazem ‘seres para si’. Se, agora, analisamos uma sociedade também como ser, parece-nos concludente que, somente como sociedade ‘ser para si’, sociedade livre, poderá desenvolver-se”. Por isso que “Parece-nos que o critério básico, primordial, está em sabermos se a sociedade é ou não um ‘ser para si’. Se não é, todos estes critérios indicarão sua modernização, mas não seu desenvolvimento” (p. 188-189).

E, porque leio Paulo neste preciso momento, em que me desafia o desmonte da relação de confiança – condição primeira da esperança na construção de uma “cidade humana” – quero encontrar motivos de transformar minha indignação em digna ação. Quero entender como lideranças emergentes dos anseios populares de construir a sociedade como ‘ser para si’, passam a comportar-se como invasores do projeto coletivo, distanciam-se das multidões de homens e mulheres que dialogavam e, burocratizam sua ação na arrogância do diálogo restrito ao grupo seletivo dos que se reconhecem como uma

nova elite de poder e – o que é pior – de opressão invasiva. Nem desejo mencionar, aqui, esses desvios de comportamento que nos vem sangrando diariamente e que se pretendem justificar na teoria do “sempre foi assim”.

E vou encontrar na décima segunda carta a Cristina uma releitura pungente e atualizada do próprio autor um programa de ação que me renova na pedagogia do oprimido, a pedagogia da esperança, na des-construção do projeto coletivo de ‘ser para si’, a confiança em poder, e por isso mesmo dever, re-construir a nossa cidade, a “cidade humana”.

Depois de admitir que os oprimidos, nas relações com os opressores, introjetam idéias, comportamentos e valores destes últimos como sombras, que neles passam a habitar, Freire vai desvelando um trabalhoso mas eficaz programa de ação. O primeiro compromisso é de empenhar-se em resgatar “*a parte deles neles*, que apesar de sua ambigüidade, não permite que sejam reduzidos ao opressor. E é esta quase tênue marca deles que faz de sua criação, de sua linguagem, de sua cultura algo mais do que pura cópia, uma espécie de grito abafado de sua rebeldia, de sua resistência” (FREIRE, 1994: 151).

E, porque contamos com isso, podemos nos empenhar no diálogo aberto da construção da “cidade humana”. A digna ação de que falava acima é aquela que tendo por base o diálogo se materializa em co-laboração. E volto a Paulo:

“A co-laboração, como característica da ação dialógica, que não pode dar-se a não ser entre sujeitos, ainda que tenham níveis distintos de função, portanto, de responsabilidade, somente pode realizar-se na comunicação. O diálogo, que é sempre comunicação, funda a co-laboração. Na teoria da ação dialógica, não há lugar para a *conquista* das massas aos ideais revolucionários, mas para a sua adesão. O diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não ‘slogaliza’” ... “Adesão *conquistada* não é adesão, porque é aderência do conquistado ao conquistador através da prescrição das opções deste àquele” (FREIRE, 1978:197).

E como nos preocupamos aqui com a “cidade” e com a “cidadania”, permito-me voltar à décima segunda carta a Cristina e, do específico tratamento dado por Paulo Freire ao espaço educativo, tecer meu convencimento sobre o espaço urbano a ser permanentemente construído para o convívio humano. Cala-me profundamente no espírito uma dura advertência: “O desinteresse pelo espaço revela um certo

‘burocratismo mental’ em face do que fazer a ser nele realizado”. E olho as cidades em que vivemos, com mais atenção (talvez com mais radicalidade) para esse espaço construído por nós e que deveria ser de convívio co-laborativo. Vejo muito de segregação programada, historicamente construída por uma sociedade dual e excludente, mas não fatalmente imobilizada em sua desumanidade.

E, em nome do convívio e da promoção humana, continuamos a elitizar espaços mais amplos, comprimindo na precariedade de favelas e cortiços tantas e muitas senzalas dessa pós-modernidade eloqüente.

Sim, temos *ágoras* e *anfiteatros*, temos *parques* e *jardins*. Mas a serviço de que interações são construídos e utilizados?

A “cidade” é, apesar de tudo isso, o espaço de co-habitação. A opressão e a discriminação, o monólogo arrogante travestido de diálogo, não abafa a chama do convívio e da troca dialógica que se materializa em ação transformadora. Não sei bem se os pressupostos da “learning organization” – muito interessantes, por sinal, mas pouco profundos ainda – podem inspirar uma contrapartida de “teaching organization”. O que tenho, na minha leitura de Paulo Freire, é a convocação para a construção humana de uma cidade que, sendo espaço de aprendizagem dialógica abra espaço para a ensinante experiência humana de construção de humanidade. Continuo, creio que ainda com Paulo, querendo mais: a cidade como espaço educativo, que respeite a escola como lugar de diálogo democrático, mas que se torne – no uso, mais uma vez, humano da comunicação (com todas as mediações que já temos e com todas as outras que ainda iremos criar) – uma cidade educativa em seu todo, e em cada uma de suas partes. Imprescindível espaços e fluxos, mas fundamental que os homens e mulheres “sejam para si” com cada um dos seus concidadãos, numa coletividade que “seja para si”, um projeto de humana (consciente e intencional) interação. Externando (*e – ducendo*) num espaço de esperança, um processo de humanização.

Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo (1978). Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra.
_____. (1994). Cartas a Cristina. São Paulo: Paz e Terra.